


Reforma do ensino médio e suas implicações na Educação Física escolar brasileira: Revisão integrativa das produções acadêmicas no período de 2014-2019

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.009-036>

João Paulo de Carvalho Costa

Gileno Edu Lameira de Melo

Ruthelly do Nascimento Gomes Costa

Smayk Barbosa Sousa

Francivaldo José da Conceição Mendes

Jose Roberto Zaffalon Junior

Rosângela Lima da Silva

Professor do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, Laboratório de Exercício Físico e Estilo de Vida.

Jorge Farias de Oliveira

E-mail: jrzaffalon@uepa.br

RESUMO

Enquanto área do conhecimento, a educação física foi historicamente atrelada a concepções imperantes de cada época, no entanto, com o passar do tempo, mostrou-se de suma importância para coletividade, fortaleceu-se e se consolidou como componente curricular obrigatório na educação básica. No entanto, as alterações realizadas na legislação educacional brasileira podem influenciar diretamente nessa consolidação. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar as discussões científicas sobre as implicações que a educação física escolar brasileira enfrentará após a reforma do ensino médio. Para tanto, utilizou-se como método de investigação, a revisão integrativa, com objetivo exploratório, descritivo e abordagem qualitativa. Para obtenção e construção dos resultados, os estudos foram selecionados nas bases de dados: Bireme, Lilacs, Medline e SciElo. Foram obtidos 34 artigos no total, e após aplicação dos critérios de inclusão, foram analisados 7 trabalhos, sintetizados em um quadro comparativo. Após correlacionar os respectivos estudos com as alterações feitas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e com a versão final da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio, constatou-se que a educação física escolar especificamente no ensino médio, enfrentará implicações que a conduzirá a uma nova crise, sobretudo de legitimidade, e com isso, dificuldades para materializar-se enquanto currículo. Implicações essas que afetarão diretamente a atuação do professor de educação física e na formação acadêmica em educação física.

Palavras-chave: Reforma, Ensino Médio, Implicações, Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física (EF) escolar tem por finalidade o estudo e desenvolvimento da cultura corporal de movimento, tendo como objetivo a inserção do alunado nessa cultura com vista a torná-los indivíduos críticos, capazes de refletir, transformar, e reproduzir a cultura corporal historicamente construída pela humanidade (SOARES et al., 2012). Reconhecendo-se, portanto, o papel fundamental que a EF desenvolve no processo de ensino e aprendizagem para a formação integral do alunado e com ênfase na educação básica, este trabalho emerge a luz dos debates e reflexões desenvolvidas em âmbito acadêmico e escolar referentes a reforma do ensino médio (EM) (Lei nº13.415/2017), e as alterações mantidas na versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o EM.

O presente trabalho parte da concepção de que para o professor desenvolver um bom trabalho, é necessário que conheça de modo intrínseco os entraves e possibilidades existentes na área do conhecimento que lhe concerne à docência. Ao evidenciar este princípio, é proposta maior aproximação e esclarecimento sobre os novos caminhos a serem percorridos pela EF escolar após reforma do EM.

Sabe-se que enquanto área do conhecimento, a EF esteve por um longo período atrelada as concepções imperantes de cada época, no entanto, com o passar do tempo, mostrou-se de suma importância para coletividade, fortaleceu-se e se consolidou dentre outras vertentes como componente curricular obrigatório na educação básica (CASTRO, 2017). Tem como marco de sua inserção no âmbito escolar, a reforma do ensino primário feita no Município da Corte pelo Visconde Couto Ferraz em 1851. Após três anos de reforma (1854), a EF foi empregada como conteúdo obrigatório na educação básica: no ensino primário era matéria de ginástica, e no secundária se desenvolvia por meio da dança (BETTI, 1991).

Durante o processo de normatização da educação básica, a Constituição Federal de 1937 instituiu a EF como pratica obrigatória em todas as escolas federais, logo foi usada como meio de propagação dos interesses do governo Vargas, que buscando aprimorar a sociedade para o mercado de trabalho a instigou a desenvolver uma educação eugênica e higienista que perdurou até o início do século XXI (CASTRO 2017).

Sua relação com o EM se acentuou em 1961. Foi promulgada a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024), que dentre outras coisas, estabeleceu a duração de quatro anos para o ensino primário, e o EM, em dois ciclos, o ginásial e o colegial. Nesse contexto a EF se tornou obrigatória em ambos os níveis de ensino para os alunos com idade de até 18 anos, mantendo como principal atribuição a iniciação ao desporto (CASTRO, 2017).

Na segunda LDB (nº 5.692), promulgada durante o Governo Militar (1964-1985), o ensino primário se tornou compulsório com duração de oito anos, e obrigatório a inserção de estudos em Educação Artística, Moral e Cívica, bem como da EF e programas de saúde em todos os

estabelecimentos que ofereciam o ensino primário e secundário (EM). Nessa conjuntura, a EF ganhou maior repercussão, e em 1971 foi publicado o Decreto nº 69.450 que dava a EF escolar em ambos níveis de ensino o dever de desenvolver a aptidão física, valores morais e cívicos, habilidades psíquicas e sociais, conservação da saúde e espírito de liderança (DARIDO, 2003).

Após o fim do Governo Militar, a EF se viu na busca por uma nova identidade, distinta das que foram lhe atribuídas no passado; embora permeada por diversos problemas no que diz à formulação dessa identidade, na educação se firmou como ciência da cultura corporal de movimento (SOARES et al., 2012). E com a promulgação da terceira LDB (nº 9.394/1996), pode se desenvolver com mais autonomia, foi integrada a escola como componente curricular obrigatório ajustando-se às faixas etárias e às necessidades do contexto escolar brasileiro, sendo facultada apenas no ensino noturno. O EM por sua vez assumiu a responsabilidade de possibilitar o aprofundamento do conhecimento, a preparação para o trabalho, cidadania e desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo (BRASIL 1996).

A EF escolar mantém uma intrínseca relação com a saúde, em seu contexto histórico, desde seu momento de origem. No Brasil, vivenciou o período higienista e por conseguinte o momento de promotora da aptidão física. Embora estivesse sob concepções ideológicas distintas, não se pode perder de vista que a EF tem em seu “berço” existencial forte relação com a saúde (SANTOS; CARDOSO, 2012). Com base em Devide (2002), Santos e Cardoso (2012) aduzem que essa relação se modifica mediante as distintas concepções, que de um lado tentam fortalecê-la e de outro atenuá-la. No entanto, em âmbito escolar, a relação EF e saúde se estabelece sob dois aspectos: a promoção e prevenção da saúde. Embora possa existir problemas sobre como a EF desenvolve a promoção e prevenção em saúde, Santos e Cardoso (2012) permitem constatar que diferentemente do passado, hoje a relação EF e saúde escolar tem se estabelecido por meio de conhecimento, global e humanizado que considera os determinantes econômicos, sociais, culturais e históricos (SANTOS; CARDOSO, 2012).

Neste contexto, percebe-se que a EF escolar está atualizada e observante quanto aos problemas sociais que permeiam a escola, logo, torna-se aliada indispensável na prevenção de doenças, e consequentemente na promoção da saúde. Deste modo, a EF assume o papel na intervenção dos problemas que vem afetando a população global, sendo o sedentarismo apontado como um dos principais responsáveis pelo quadro assustador de pessoas adultas e crianças com problemas de saúde relacionado ao modo de vida sedentário, a saber que “a falta de atividade física é ainda uma das maiores causas da obesidade infantil. [...]”, cabendo evidenciar que as tendências e influências tecnológicas tem direcionado, cada vez mais, para as telas. Assim, “estas crianças possuem uma tendência maior a serem obesas do que aquelas que brincam ou praticam qualquer tipo de desporto” (SILVA FILHO, 2013, p. 18).



Neste cenário em que o sedentarismo é concebido como um mal do século, sendo um dos responsáveis diretos na propagação de diversas doenças, entre estas, destacando-se a obesidade, a EF surge como uma propiciadora direta de mudanças desta realidade, sendo apresentada com um potencial interventor tanto na educação em saúde, propiciando a consciência de causa e efeito para uma vida com qualidade, quanto instrumento de desenvolvimento e incentivo de práticas esportivas e lazer, desde a infância, pois as crianças passam a frequentar o ambiente escolar a partir dos cinco anos, e por meio da vivência assumem positivamente a base para a formação de um adulto consciente, e hábitos de saudáveis.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 41 milhões de crianças menores de 5 anos sejam obesas ou estejam acima do peso no mundo, caracterizando uma epidemia global. Segundo a Associação Brasileira para o Estudos da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO), a obesidade cresce cada vez mais, os levantamentos ressaltam que mais de 50% da população está acima do peso, ou seja, na faixa de sobrepeso e obesidade, estes dados também são alarmantes entre o público infantil, sendo constatado que 15% das crianças se encontram neste quadro, sendo ressaltado que 80% das crianças obesas tornam-se adultos obesos. Sob esta análise, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo censo de 2010, constatou que na faixa etária de 10 aos 19 anos, o sobrepeso aumentou seis vezes para homens e três para mulheres, sinalizando que houve um crescimento contínuo nos últimos 34 anos, entre 1974-75 e 2008-09, isso é mais perceptível no sexo masculino, em que o índice passou de 3,7% para 21,7%. Já entre as jovens, as estatísticas triplicaram: de 7,6% para 19,0%. Ao mencionar Viuniski (1999) e Silva Filho (2013), é possível perceber que não se trata apenas da estética, pois existem problemas mais profundos que simples aparência, estas crianças ou adolescentes podem estar acarretando sérios problemas cardiovasculares, hipertensão, diabetes e colesterol alto, que são doenças encontradas no público adulto.

Logo, considerando as relações existentes entre EF e saúde, percebe-se que esta disciplina assume o papel de instrumento atuante na profilaxia de doenças, com a tendência do mundo globalizado, tornando-se cada vez mais essencial o seu papel para a sociedade, sendo imprescindível no âmbito escolar. Segundo Martinez (1996, p.61) “é importante que se promova a saúde no meio escolar e que faça parte da proposta político-pedagógica escolar, pois ela é imprescindível à educação da personalidade e estilo de vida dos indivíduos”.

No entanto, o advento da reforma do EM promulgado em 2016, pareceu desconsiderar a importância da EF e sua histórica relação com o EM. A reforma tramitada por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016 desconsiderou a EF enquanto componente curricular obrigatório no EM. E só após intensas reivindicações da sociedade acadêmica e científica da área, o documento definitivo da reforma (Lei nº 13.415/2017), reconsiderou a obrigatoriedade da EF no EM, porém, com diversas incertezas, pois não ficava a claro como se daria a presença da EF nos EM após tal reforma (BASTOS;

SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017).

Outra situação que causou contrariedade e contribuiu com as incertezas, foi o fato de que a Lei nº13.415/2017, sem consenso da sociedade acadêmica e científica, fez diversas alterações na LDB nº 9.394/1996, e deixou outras tantas atribuições sobre a permanência da EF a um documento (BNCC) que para o EM ainda não estava concluído, e, portanto, não era possível ver com clareza o protagonismo e lugar da EF nesse novo contexto (SOUZA; RAMOS, 2017).

Com base nessa conjuntura e nas incertezas levantadas por diversos autores sobre a presença da EF no EM após reforma, o presente trabalho teve como objetivo analisar as discussões científicas sobre as implicações que a educação física escolar brasileira enfrentará após a reforma do ensino médio.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

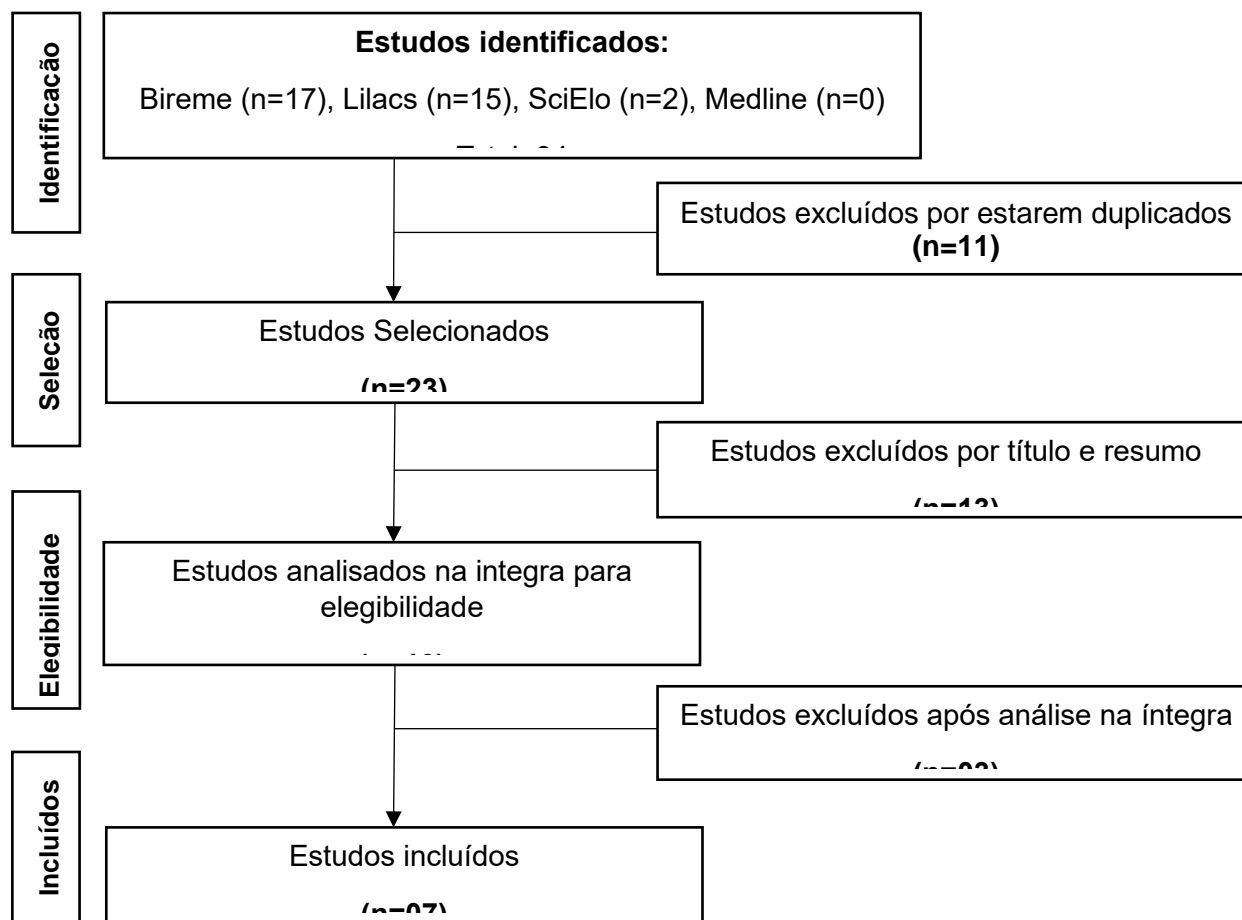
O presente trabalho é resultado de uma revisão integrativa, a qual de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), caracteriza-se como uma pesquisa que possibilita agregar diversas informações para compreensão do fenômeno analisado, possibilitando sintetizar definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, considerando enfoques da literatura teórica e empírica mantendo a confiabilidade durante a análise. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, descritiva, que para Gil (2008) possibilita maior aproximação com o objeto de estudo investigado, aprimorando ou constatando ideias de modo a descrever os fenômenos envolvidos. Possui abordagem qualitativa que de acordo com Minayo (2001), se desenvolve com amplo e profundo universo de significados sobre os fenômenos que não podem ser constatados por variáveis numéricas.

Para obtenção dos estudos desta revisão, realizou-se buscas nas seguintes bases de dados: Bireme, Lilacs, Medline e SciELO, sendo considerados os descritores: “Educação Física”, “Ensino Médio”, “Reforma”, “Ensino médio” e “Base Nacional Comum Curricular”, combinados utilizando os operadores de lógica AND e OR (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Como critérios de inclusão considerou-se estudos que se propusessem a debater: A) a Educação Física na Base Nacional Comum Curricular; B) a Educação Física na reforma do Ensino Médio; C) a reforma do Ensino Médio e as possíveis implicações na EF escolar brasileira; D) estudos publicados no espaço temporal existente entre o ano de 2014 a 2019; E) estudos publicados em português no formato completo. E para fins de exclusão, optou-se por: A) desconsiderar os estudos que não discutiam as implicações da reforma do Ensino na EF escolar brasileira (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010).

A seguir é apresentado, na figura 1, o processo de seleção dos estudos encontrados nas bases de dados com o emprego dos respectivos descritores.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos incluídos na revisão.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Para obtenção das respostas buscadas nesta pesquisa, os sete estudos foram analisados sob o emprego das técnicas para análise de conteúdo apresentadas por Bardin (2011).

3 RESULTADOS

No quadro 1 estão apresentados os sete estudos incluídos nesta pesquisa com identificação das bases de dados, tipos e título dos estudos, nome dos autores, periódicos de publicação, e principais apontamentos dos autores. Da análise de conteúdo emergiram 4 categorias: Implicações a legitimidade da EF no EM; Implicações da reforma do EM na EF Escolar; Implicações na atuação do professor de EF no EM e Implicações na formação acadêmica em EF.

Quadro 1 – Descreve os estudos e os principais apontamentos dos autores

BASE DE DADOS	TIPO E TÍTULO DOS ESTUDOS	AUTORES	PERIÓDICO (VOL, N, PÁG, ANO)	APONTAMENTOS
Bireme/Lilacs	<p>ENSAIO</p> <p>As Atribuições da Educação Física Escolar: um Enfoque Especial no Ensino Médio</p>	CASTRO, V. M.	Motrivivência, 29 (52),124-135, set 2017.	A perda de espaço da EF no EM e resultado do modo histórico operado pela necessidade do mercado. Aponta que sob esta situação a EF enfrentara mais uma crise, sobre tudo de legitimidade no EM.
Bireme/Lilacs	<p>ENSAIO</p> <p>A Educação Física no Ensino Médio ou Para Entender a Era do Gelo</p>	NETO, V. M. et al.	Motrivivência, 29 (52),87-105, set 2017.	Ver nos aspectos históricos que determinaram a reforma do EM condicionantes que conduziu a EF ao descaso, O que consequentemente limitara o acesso do alunado ao conteúdo da cultura corporal de movimento, e enfraqueceu a atuação do profissional formado em EF.
Bireme/Lilacs	<p>ENSAIO</p> <p>O “Novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física</p>	GARIGLIO, J. Â.; JUNIOR, A. S. A.; OLIVEIRA, C. M.	Motrivivência, 29 (52),53-70, set 2017.	Aduzem que a perda de espaço e legitimidade da EF no EM tem reflexo das matrizes que a constituem, atualmente não estavam sob os determinantes do mercado e, portanto, não se faz mais necessária a ele.
Bireme/Lilacs	<p>ENSAIO</p> <p>Educação Física e o Mundo do Trabalho: Um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio</p>	SOUZA, M. D. S.; RAMOS, F. K.	Motrivivência, 29 (52),71-86, set 2017.	A EF no contexto geral teve suas matrizes reconduzidas aos ditames do mercado, que cada vez mais volátil fez com que em âmbito escolar, principalmente no EM perdesse sua essência, o que a tornara um componente optativo de estudos e práticas.
Bireme/Lilacs	<p>ENSAIO</p> <p>Reforma do Ensino Médio E A Educação Física: um abismo para o futuro</p>	BASTOS, R. D. S.; JUNIOR, O. G. D. S.; FERREIRA, M. P. D. A.	Motrivivência, 29 (52) 38-52, set 2017.	Mostram que na reforma do EM a EF tornar-se-á inferior as demais disciplinas pois não se sabe em qual ano será desenvolvida, logo a atuação do professor perdera espaço o que culminará com a redução dos cursos de Licenciatura e aumento dos cursos de Bacharelado em EF

Bireme/Lilacs	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A Educação Física no “Novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida	BUNGENSTAB, G. C.; FILHO, A. L.	Motrivivência, 29 (52), 19-37, set 2017.	constatam que a entrada de profissionais de notório saber e o retorno da formação técnica profissional implicara em uma possível crise para a EF enquanto componente curricular obrigatório do EM
Bireme/Lilacs	ENSAIO Educação Física, Ensino Médio e Juventude: Vamos Falar Sobre Crise?	BUNGENSTAB, G. C.	Pensar a Prática 22, 1-10 2019	A reforma do EM conduziu a EF a um terceiro momento de crise desta vês caracterizada nas incertezas e perda de legitimidade em âmbito escolar, mais precisamente no EM.

Fonte: Elaboração própria do autor.

Por diante apresentar-se-á uma síntese dos estudos com as principais implicações que a EF escolar poderá enfrentar após reforma do EM. Cabe mencionar que as questões levantadas em seis dos sete estudos foram feitas antes da redação final da BNCC, e que o estudo de Bungenstab (2019) embora tenha surgido após, não buscou confirmar os problemas apontados. Logo todos carecem de constatação. Para tanto será desenvolvido na seção discussão a correlação entre as implicações identificadas pelos autores, a LDB nº 9.394/1996 e a versão final da BNCC.

3.1 IMPLICAÇÕES A LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Nesta categoria estão relacionados quatro estudos, que buscaram discutir e apontar os motivos que levaram a EF a ocupar um tímido espaço no EM após a reforma mantida pela lei nº 13.415/2017.

O estudo de Castro (2017) demonstra que historicamente a EF esteve vinculada as necessidades mercantis imperantes em cada época, e que hoje como no passado, tem suas atribuições e legitimidade definidas de acordo com as necessidades sociais vigentes, para ele a EF perdeu seu espaço no EM por se mostrar dissonante das atuais necessidades do mercado. Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017), veem em Bracht (2001), que as “[...] bases de sustentação do modelo que legitimava a Educação Física na escola estariam sendo corroídas por estarmos diante de mudanças sociais significativas” (GARIGLIO; ALMEIDA JUNIOR; OLIVEIRA, 2017, p. 61). Para eles a EF materializa-se sob outra identidade, a aptidão física é menos importante, a saúde deixou de ser atrelada apenas ao conceito de corpo biológico, e o lazer ocupa espaço tão importante quanto o trabalho. Logo, a EF torna-se dispensável em uma reforma educacional que retrocede o EM a um modelo tecnicista condizente com as necessidades do mercado.

Sousa e Ramos (2017) também concordam que as implicações da atual reforma do EM na EF

tem ligação histórica com os modos operantes do mercado. Contudo, apontam um outro caminho para sua perca de legitimidade no EM. Aduzem que a partir da década de 1980, embora tenha encontrado uma identidade, e passado a questionar a hegemonia biologicista que em si imperava, a partir da década de 1990 sobre forte influência do sistema Toyotista a EF passou a ser reconduzida aos ditames do mercado, o que segundo eles se confirmou na regulamentação da profissão em EF (Lei nº 9696/1998) e na divisão da EF entre bacharelado e licenciatura (resolução CNE/CES n.º07/2004, e resolução CNE/CES n.º04/2009). Para Sousa e Ramos, “Essa realidade demonstra, mais uma vez, que a Educação Física se adapta aos ditames do capital, dando continuidade a uma história de subordinação, em que o mercado dita as regras [...]” (SOUSA; RAMOS, 2017, p.78). Logo concluem que, em um mercado cada vez mais volátil, a EF perde sua essencialidade, e em uma reforma educacional pautada em competências “[...] se mantém na marginalidade, relegada a uma posição meramente de “estudos e práticas” (SOUSA; RAMOS, 2017, p.81).

Castro (2017) enfatiza que sob tal conjuntura “[...] nas primeiras décadas do século XXI, a Educação Física escolar passa por uma crise de legitimidade, principalmente no que tange à sua obrigatoriedade curricular no novo ensino médio” (CASTRO, 2017, p.133). Para Bungenstab (2019) a EF frente a reforma do EM enfrenta um terceiro momento de crise em seu lapso existencial. Demonstra que “o primeiro e o segundo “momento” de crise da EF estavam relacionados à própria crise da modernidade e a sua relação dissonante entre teoria/prática (BUNGENSTAB, 2019, p. 6). O terceiro por sua vez “[...] se direciona a formulação de perguntas a respeito da legitimidade desta disciplina dentro da escola, mais precisamente no EM (BUNGENSTAB, 2019, p. 6).

3.2 IMPLICAÇÕES DA REFORMA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Os cinco estudos relacionados nesta categoria discutem e apontam as possíveis implicações que a reforma do EM trará para o ensino da EF escolar.

Castro (2017) aponta que tal reforma, ao integrar a EF no eixo de Linguagens e suas Tecnologias, a conduzirá a uma posição de conteúdo optativo, pois o alunado só terá a obrigatoriedade de frequentar apenas um dos cinco eixos temáticos, sendo assim, nada garante que o eixo escolhido seja o da EF; logo não será vivenciada pelos alunos que escolherem o ensino profissionalizante, o que consequentemente reduzirá sua carga horária. Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017). Enfatizam que sob condições, “tornar-se-á secundarizada perante outras disciplinas no currículo escolar, pois, diferentemente de português e matemática, não está claro em que momento dos três anos a Educação Física será obrigatória (BASTOS; SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017, p. 50).

Molina Neto et al. (2017) sustentam que a retirada da obrigatoriedade da EF no EM, reduz o acesso do alunado ao conteúdo da cultura corporal de movimento previstos na EF escolar. Assim, reduz a possibilidade de escolha, protagonismo e julgamento do alunado sobre sua educação para a saúde,

lazer, sociedade, cultura, política e economia. Enquanto prática sistematizada, diante do reordenamento do EM, como no passado tornar-se-á excludente, voltando a desenvolver ação pedagógica com vista a selecionar os alunos mais hábeis (SOUSA; RAMOS, 2017).

Para Bungenstab e Lazzarate Filho (2017), essa nova realidade enfraquecerá a cultura corporal de movimento e promoverá a ascensão do viés técnico esportivista e o retorno da concepção dualista entre corpo e mente há muito superada.

3.3 IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Três artigos foram relacionados nesta categoria, e dizem sobre os possíveis problemas que os professores de EF poderão enfrentar após reforma do EM.

Nesse sentido Bungenstab e Lazzarotti Filho (2017), ao realizarem revisão bibliográfica sobre os estudos recuperados nos periódicos, Movimento, Motrivivência, RBCE, Pensar a Prática e Motriz, constataram que nos últimos 15 anos o EM tem sido pouco explorado no que tange as pesquisas e reflexões sobre a EF. Em suma, “o desaparecimento da categoria “formação profissional” pode, infelizmente, dar um sinal de que pouco se tem investido nos debates sobre o professor de EF do EM. Nesse caso, a reforma educacional brasileira abre portas para o “notório saber” (BUNGENSTAB; LAZZARATE FILHO, 2017); enfatizam que a alteração do artigo 61 da lei n° 9394/1996 dada pela Lei n° 13.415/2017, garante agora além dos profissionais com diploma, a atuação de profissionais com o denominado notório saber, abrindo precedentes para a atuação de militares, ex-atletas, ou qualquer outra pessoa que saiba sobre as práticas corporais existentes. Para Castro (2017) a entrada desses profissionais é resultado do descaso e desvalorização para com os professores de EF.

Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017) advertem que “se confirmando a não obrigatoriedade do ensino da Educação Física nos três anos do ensino médio, conseqüentemente, poderá haver uma redução significativa da carga horária e da remuneração dos professores que já atuam nesta etapa de ensino” (BASTOS; SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017, p. 50); apontam que a inserção de profissionais de notório saber “[...] para atuarem no ensino da Educação Física colaborará para a redução de vagas de docentes no ensino público a novos professores graduados, além de criar uma disputa entre esses trabalhadores (graduados e profissionais com notório saber)” (BASTOS; SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017, p. 50); para eles o trabalho do professor de EF em âmbito escolar corre “[...]o sério risco de voltar a ser comparado ao de treinador, por conta da retomada da concepção tecnicista/ esportivista como proposta orientadora de sua ação pedagógica” [...] (BASTOS; SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017, p. 50).

3.4 IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Embora seja relacionado apenas um estudo, esta categoria se mostra de suma importância pois demonstra que as implicações advindas da reforma do EM extrapolaram os “muros” das escolas e chegaram até o âmbito universitário.

Para Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017):

[...] novo inciso (§ 8º) incluído no Art. 62 da LDB/96, determina que “os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”. Ou seja, a concepção de educação destinada para a educação básica determinará também a formação do professor (BASTOS; SANTOS JUNIOR; FERREIRA, 2017, p. 50).

Salientam que o pouco espaço para o professor de EF no EM, induzirá redução significativa dos cursos de licenciatura, e aumento nos cursos de bacharelado em EF; acirrará o conflito antagônico, bacharéis X licenciados em EF. Nas graduações haverá conseqüente desvalorização dos conteúdos de ciências humanas em detrimento das práticas técnicas desportistas.

4 DISCUSSÃO

Os estudos incluídos nesta pesquisa, embora se proponham a discutir aspectos específicos de determinado ponto da reforma do EM, no todo, parecem se completarem, possuem em comum o pensamento de que em maior equivalência a reforma do EM foi determinada sob ordem das necessidades econômicas vigentes. E como tal, sustentou o surgimento de problemas maléficis que tornaram instável a permanência da EF no EM.

Molina Neto et al. (2017) demonstram que na tentativa de determinar as matrizes do EM se estabeleceu historicamente um embate de ideologias antagônicas sustentadoras de um dualismo que permanece corroendo as malhas do processo de democratização dessa etapa de ensino. Argumenta que na última década os discursos sociais, e acadêmicos acederam o consenso de que o modo como o EM estava se desenvolvendo não conseguia atender as demandas sociais, e nem as perspectivas do alunado. Aponta que tal situação levou a sociedade acadêmica e científica de modo democrático, discutir e tecer documentos buscando uma possível saída para os problemas identificados no EM.

Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017) concebem que uma reforma educacional no Brasil há muito tempo se fazia necessária, porém a apresentada por meio da MP 746/2017 desconsiderou os diversos debates, e proposições ocorridas em conferências e no Plano nacional de Educação (PNE), mostrando-se muito distante da pretendida pelos movimentos acadêmicos e sócias.

Para Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017, p.59-60):

A perspectiva educacional expressa na contrarreforma do Ensino Médio revela-se diametralmente oposta a ideia de uma educação integral cujo caráter não é pautado pela lógica instrumental de formação. Assim, não foi surpresa que a presença da Educação Física no currículo do Ensino Médio fosse questionada e sua permanência, como componente curricular obrigatório, colocada em xeque. Tal contrarreforma, portanto, acaba por reforçar a

fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, amplamente debatidas, buscaram enfrentar.

Posto isto, e os termos gerais dos sete estudos inferiu-se, entre outras coisas, que a EF perdeu espaço no EM não só por esta próxima de uma perspectiva educacional integral (GARIGLIO; ALMEIDA JUNIOR; OLIVEIRA, 2017), se mostrar dissonante as exigências do mercado (CASTRO, 2017), ou ainda pôr na atualidade ter se dobrado a tais exigências e assim se tornado volátil (SOUSA; RAMOS, 2017). Perde espaço por também ser empregada na correlação de forças entre projetos de mundo antagônicos. Sobre isso os estudos em termos gerais transmitem discretamente a ideia de que a EF deve ser meio para construção de um mundo educacional, econômico e social oposto aos modos operantes do capital agora imperante no EM.

Logo, não se pretende aqui negar tal premissa, mas sim elucidar o fato de que ao se empregar a EF como meio potencial para se alcançar a transcendência nos projetos de mundo, tem se contribuído ao longo dos tempos com a demora na sua concretude enquanto ciência e disciplina indispensável a coletividade. O resultado disso é que diferentemente de português e matemática ela não tem conseguido transgredir as diferentes perspectivas de formação para o EM, e agora como demonstrado por Bungenstab (2019) se encontra em um terceiro momento de crise. Sobre tudo de legitimidade no EM.

Concernente aos preceitos antes discutidos e apresentados pelos autores como hipóteses passíveis de se tornarem realidade confrontados com a versão final da BNCC (2018), para o EM, mostraram se cada vez mais próximo da realidade e, portanto, sustentável o surgimento de tal crise.

Como esperados, os apontamentos de Castro (2017) se tornaram possíveis; a versão final da BNCC não traz mudanças expressivas diferentes das estabelecidas pela Lei nº13.415/2017. Aduz que

Na área de Linguagens e suas Tecnologias, a Educação Física possibilita aos estudantes explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas [...] (BRASIL, 2018, p. 483),

Logo, mesmo sendo considerada componente curricular obrigatório do EM, como demonstrado por Castro (2017) pode sim assumir uma posição de disciplina optativa, isso observado quando o documento toma os itinerários formativos como

[...] estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes – podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas [...] (BRASIL, 2018, p. 477)

Nesses termos percebe-se que a EF faz parte da estratégia de flexibilização curricular do EM, e como tal ficara a mercê da escolha do alunado, que na busca por uma formação precoce poderá escolher outro itinerário e ou a formação técnica, e assim não a cursar. Como indicado nos estudos

relacionados na segunda categoria, a EF não será proporcionada a todos os alunos, tornar-se-á inferiorizada diante de outras disciplinas. E como consequência mais profunda não terá o mesmo espaço para materializar sua matriz curricular, conseqüentemente haverá redução no campo de atuação do professor formado para os fins escolar.

No geral a versão final da BNCC apresenta um conteúdo sobre a EF no EM integrado ao eixo de Linguagens e suas Tecnologias, mas não direciona com especificações as competências e habilidades, como ocorre nas demais disciplinas, que apresentam mais explicitamente como deve ser o ensino.

Destarte, as indagações anteriormente expostas pelos autores, reafirmam as instabilidades que esta disciplina sofre, com a inexistência de descrição, por eixo, que possam aclarar, o currículo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar, e conseqüentemente os professores quanto á aplicação dos conteúdos básicos para sua atuação profissional.

Quanto a atuação dos profissionais de notório saber, apontada anteriormente pelos autores como uma possibilidade, pode-se constatar que de fato poderão atuar como professores de EF. A possibilidade se sustenta, primeiro nas atualizações mantidas no artigo 61 da LDB 9.394/1996, que agora garante a atuação desses profissionais na formação técnica e profissionalizante. E em segundo no texto da versão final da BNCC que ao sustentar que os itinerários formativos “[...] podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional [...]” (BRASIL, 2018, p. 477), nesses termos abre-se “portas” para atuação e possível encontro entre esses profissionais e o alunado que escolherem cursar o itinerário educação física na educação técnica profissionalizante.

Tal constatação junta ao fato de que a EF escolar permanece em apenas um eixo (Linguagens e suas Tecnologias) formativo, consolidam uma dura realidade; os professores formados para EF escolar, correm o sério risco de terem redução na carga horária de trabalho e conseqüentemente redução salarial.

Logo ver-se que grande parte das implicações apontadas nesta pesquisa estão por acontecer. A reforma do EM de fato, conduziu a EF escolar brasileira a um terceiro momento de crise.

Mediante tais constatações, torna-se prudente relacionar os apontamentos dos autores que se propuseram a direcionar soluções para superar tal crise, e assim legitimar a EF no EM, nesta perspectiva, Molina Neto et al. (2017) assevera que a crise se torna um bom momento para refletir sobre a formação universitária dos professores de EF, e até mesmo sobre as práticas pedagógicas na escola, com ênfase nas experiências vividas pelos estudantes nesse ambiente e fora dele.

Para Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017) as respostas para esse dilema, da EF no EM, passam por um processo de enfrentamento de bases que sustentam o “novo” Ensino Médio. Destacam a necessidade de ampliação de pesquisas e estudos e no âmbito acadêmico e escolar que discutam a

presença da EF no EM.

Bungenstab e Lazzarotti Filho (2017) sustentam a essencialidade de se voltar a debater a importância da formação de professores para atuação no EM brasileiro. Enfatizam, ainda, que o debate está aberto e que sempre haverá lugar para a EF no EM, porém, faz-se necessário preenche-la não só com presença, mas também em pensamento, pois as ideias acríticas e tecnicista já haviam tido por superadas na produção acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respectiva pesquisa teve por finalidade responder quais as implicações surgiriam para a EF escolar ao ser submetida, concebida e desenvolvida em consonância com a atual reforma do EM, de modo satisfatório pode-se constatar que o advento da reforma, corroborou para o rompimento de laços históricos entre a EF e essa etapa da educação básica. Alicerçado nos estudos incluídos nesta pesquisa e nas inferências feitas sobre a última versão da BNCC, pode-se afirmar, que de fato, a EF enfrenta um terceiro momento de crise, desta vez com a perda de espaço significativo na educação básica. Tendo dentre outras implicações, redução de sua carga hora, restrição no acesso do alunado, e conseqüentemente redução no campo de atuação dos professores de EF.

Ao possibilitar maiores esclarecimentos sobre a situação da EF escolar na reforma do EM essa pesquisa mostra-se de suma importância à sociedade, em especial aos profissionais da EF. Aclara-lhes a nova realidade a ser enfrentada em âmbito escolar. Contribuindo, assim, para melhor atuação e busca por novas estratégias e perspectivas para EF escolar.

No geral, permitiu perceber que a reforma do EM embora necessária, nos termos da lei 13.415/2017, desconsiderou muito do debatido e das proposições feitas pela sociedade educacional acadêmica e científica, manteve forte ligações com o sistema econômico vigente, causando controversas e contrariedade. Pode-se notar que neste contexto, a EF perdeu espaço por se mostrar com uma matriz curricular dissonante, e, portanto, desnecessária as novas exigências de ensino para o EM.

Diante disso toma-se por prudente somar forças e apontar meios para superar tal crise, e assim legitimar a EF como ciência indispensável a coletividade, portanto sustenta-se o anseio de uma EF que não se dobre aos ditames do mercado, mas que consiga transgredir as diferentes perspectivas de formação educacional. Uma EF que nos termos gerais, respeite e não inferiorize os aspectos críticos, reflexivos e filosóficos. Que respeite e não inferiorize os aspectos estéticos, biológicos, da saúde, do esporte, do lazer etc. Uma EF que embora seja “ferramenta” de diferentes projetos de mundo, possas superar os embates antagônicos que envolve a área, e os problemas na formação e atuação dos profissionais de EF. Talvez, nesses termos a EF consiga encontrar meios para se mostrar de suma essencialidade, e assim indispensável em quaisquer projetos educacionais, econômicos, e ou sociais



que a envolva.

Por fim, ver-se como necessário o desenvolvimento de novas pesquisas que possam acompanhar as mudanças da reforma do EM no “chão” da escola, apontar as novas possibilidades e entraves para a EF nessa nova conjuntura, e principalmente identificar quais as saídas ergueram-se para superação da crise instaurada na EF do EM.



REFERÊNCIAS

ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Mapa da Obesidade no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 1ª. ed. São Paulo: Edições 70, v. I, 2011.

BASTOS, R. D. S.; JUNIOR, O. G. D. S.; FERREIRA, M. P. D. A. REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO FÍSICA: um abismo para o futuro. Motrivivência, Florianópolis/SC, 29 setembro de 2017. 38-52. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p38>>. Acesso em: 20 setembro 2019.

BETTI, Mauro. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. (Org). Educação Física Escolar: Política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, 2001, p. 67-80.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 20 de agosto 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF , 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de agosto 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a reforma do ensino médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, sexta-feira, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

BUNGENSTAB, G. C.; FILHO, A. L. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO "NOVO" ENSINO MÉDIO: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e "esportivizante" da vida. Motrivivência, Florianópolis/SC, 29, setembro 2017. 19-37. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p19>> Acesso em: Setembro 2019.

BUNGENSTAB, G. Educação Física, ensino médio e juventude: vamos falar sobre crise?. Pensar a Prática, v. 22, 2 ago. 2019.

CASTRO, V. G. D. AS ATRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: Um enfoque especial no Ensino Médio. Motrivivência, Florianópolis/SC, 29, setembro 2017. 124-135. Acesso em: 20 setembro 2019.

DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara/ Koogan, 2003.



GARIGLIO, J. Â.; JUNIOR, A. S. A.; OLIVEIRA, C. M. O "NOVO" ENSINO MÉDIO: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. *Motrivivência*, Florianópolis/SC, 29, Setembro 2017. 53-70. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p53>>. Acesso em: 20 Setembro 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitana Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. *Movimento*, v. 20, n. 1, p. 395-411, jan./mar. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CENSO 2010. POF 2008-2009: desnutrição cai e peso das crianças brasileiras ultrapassa padrão internacional. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

MARTINEZ, A. M. *Psicologia escolar e educacional*. v.1, n.1. Mimeo, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, V. M. et al. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO OU PARA ENTENDER A ERA DO GELO. *Motrivivência*, Florianópolis/SC, 29, Setembro 2017. 87-105. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p87>>. Acesso em: 20 Setembro 2019.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução de David Wesley Amado Duarte; Revisão técnica e introdução de João Mattar. *EaD em Foco*, 2019;9 (1): e748. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.748>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

ONU – Nações Unidas no Brasil. OMS lança novas diretrizes de combate à obesidade infantil no mundo. OPAS/OMS 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-lanca-novas-diretrizes-de-combate-a-obesidade-infantil-no-mundo>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

ORFEI, J. M.; TAVARES, V. P. Promoção da Saúde na Escola Através das Aulas de Educação Física. In: BOCCALETTO, E. M.; MENDES, R. T. *Alimentação, Atividade Física e Qualidade de vida dos Escolares do Município de Vinhedo/SP*. 1ª. ed. Campinas: IPES Editorial, v. I, 2009. Cap. 19, p. 81-86. Disponível em: <<http://www.fef.unicamp.br>>. Acesso em: 20 Novembro 2019.

RAMOS, A.T. *Atividade Física: diabéticos, gestantes, 3ª idade, crianças, obesos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed Sprint, 1999.

SANTOS, Elton J. dos Anjos; CARDOSO, Simone de La Rocque. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SAÚDE: considerações sobre a produção científica na Revista Brasileira de Ciências do Esporte – RBCE. 2012. 19f. Universidade do Estado do Pará – UEPA. Belém/PA. 2012. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/ccbs/edfísica/files/2013.1/ELTON_SANTOS.pdf>. acesso em: 18 de outubro de 2019

SILVA FILHO, Daniel José da. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA OBESIDADE. 2013. 52f. Monografia (Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília) Polo Ariquemes, Rondônia, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6952/1/2013_DanielJoseDaSilvaFilho.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.



SILVERTHON, A. Fisiologia humana, uma abordagem integrada. 2 ed, Manole, São Paulo, 2003.

SOARES, L. et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, v. I, 2012.

SOUZA, M. D. S.; RAMOS, F. K. EDUCAÇÃO FÍSICA E O MUNDO DO TRABALHO: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio. Motrivivência, Florianópolis/SC, 29, Setembro 2017. 71-86. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p71>>. Acesso em: 20 Setembro 2019.

SOUZA, T. D.; SILVA, M. D. D.; CARVALHO, D. Revisão integrativa: o que é e como fazer. einstein, São Paulo, v. I, n. 8, p. 102-106, Junho 2010. ISSN 1pt1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

VIUNISKI, N. Obesidade infantil: um guia prático para profissionais da saúde. Rio de Janeiro: UPUB, 1999.